

Plano de Governo 2021-2024



Partido Democrático Trabalhista
PDT- SANTA BRANCA/SP.

**A força das raízes na construção
de novos rumos.**



Sumário

Sumário	2
1 Apresentação	3
2 Introdução	4
3 INDICADORES E EIXOS TEMÁTICOS.....	7
4 PLANO DE METAS.....	10
4.1 Governança / gestão local para sustentabilidade.....	10
4.2 Ação local para saúde/ consumo responsável e opção de estilo de vida	13
4.3 Economia local, dinâmica, criativa e sustentável/ do local para o global	14
4.4 Cultura para sustentabilidade	17
4.5 Equidade, Justiça Social e Cultura da Paz.....	19
4.6 Melhor mobilidade, menos tráfego / bens naturais comuns	20
4.7 Educação para a Sustentabilidade	22
4.8 Planejamento e Desenho Urbano	24
Referências	27

1 Apresentação

O Partido Democrático Trabalhista - PDT, com o objetivo de atender à Legislação Eleitoral e de expressar os compromissos programáticos que fundamentam a sua constituição, apresenta o Plano de Governo, compreendido entre 2020 e 2024 para o Município de Santa Branca – SP.

Pensar novos caminhos para um desenvolvimento coletivo mais sustentável é um dos principais desafios da atualidade, principalmente se considerarmos o protagonismo crescente das cidades no cenário político e na formulação de políticas públicas frente ao modelo administrativo governamental de descentralização, regionalização e universalidade.

As transformações ocorridas no país após a conquista da democracia por meio da Constituição de 88 vem abrindo novos rumos para a construção de uma nação cada vez mais livre e próspera. Entretanto ainda há muito que se conquistar e se construir para o empoderamento dos direitos das minorias, para a construção de uma sociedade mais igualitária onde as oportunidades são oferecidas para todos de forma equânime e o amor e o respeito pela nação se dá a cada dia nas escadarias da diversidade.

Para tanto é necessário concretizar o processo de transformação das cidades a partir de uma abordagem mais ampla e integrada, que seja capaz de equilibrar economia, meio ambiente e qualidade de vida. Assim o Partido Democrático Trabalhista vem apresentar seu Plano de Governo Municipal calcado nos princípios de cooperação entre os diferentes atores que fazem parte da sociedade de forma local, regional, nacional se expandindo além das fronteiras economias, étnicas e culturais impressas nos princípios e eixos da Agenda 2030 proposta pela Assembleia Geral da ONU em setembro de 2015, colocando o Brasil na vanguarda dos novos modelos de sociedade, economia, modelos de produção, garantindo relações ambientais harmônicas e equilibradas.

Para realização de novos rumos, baseados na inovação, o trabalho de todos colaboradores desse grande Projeto se firma nas experiências passadas de nossas raízes que mesmo dentro das mais ferozes dificuldades e desafios, tem feito desta nação um berço de esperanças, do progresso e da certeza de dias melhores.

Juliana de Sousa Santos
Presidente do Diretório Municipal de Santa Branca

2 Introdução

O conceito geral da palavra democracia tem origem no grego *demokratía* que é composta por *demos* (que significa povo) e *kratos* (que significa poder). Neste sistema político, o poder é exercido pelo povo por meio do sufrágio universal, ou seja, de eleição ou voto.

Entretanto é preciso que se faça uma constante revisão ética e moral sobre o entendimento de sufrágio universal. Dentro das mais deferentes formas de democracia o conceito de universalidade pode se restringir a uma parcela diminuta da sociedade, como ocorriam nos regimes democráticos que empregavam o sufrágio masculino, ou seja, onde somente os homens tinham direito ao voto.

No Brasil mesmo com a promulgação da Constituição de 88, a democracia emperra seus avanços nas disputas sociais quando o tema se refere a representatividade de classes e interesses. Embora a Proclamação da República tenha se justificado nos ideais de liberdade e crescimento da nação, somente uma pequena parcela da população ganhou representatividade nas decisões políticas bem como na construção dessas políticas. Contradizendo, portanto, o conceito de sufrágio universal.

Estudos vem apontando que os programas governamentais desde então tem sido elaborados a partir de demandas elitistas em detrimento das necessidades sociais, que sequer são corretamente mensurados por indicadores seguros, que apontam os maiores desafios e prioridades das diferentes classes da sociedade. Negar o princípio da legalidade bem como da impessoalidade constitucional tem gerado desgastes irreparáveis nas estruturas políticas, econômicas, culturais e sociais do Brasil.

Assim como tentativa de mitigar tal problemática, o Diretório Municipal de Santa Branca do Partido Democrata Trabalhista, buscou alternativas que integrassem valores éticos e morais baseados na universalidade bem como no uso de tecnologias inovadoras nos mais diferentes setores como tecnológicos, administrativos, econômicos e comerciais, encontrando ressonância com os trabalhos propostos pelas Nações Unidas e os mais diversos atores sociais compilados na Agenda 2030.

Segundo o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GTSC) a “Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”. Buscando fortalecer a paz universal com os princípios de liberdade, reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Assim de acordo com a Organização da Nações Unidas (ONU), foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Figura 1, incluindo 169 metas que devem ser alcançados com bases em indicadores locais, regionais, nacionais e globais.

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza	Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar	Objetivo 4 - Educação de Qualidade
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Objetivo 10 - Redução das Desigualdades
Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Objetivo 12 - Consumo e Produção Responsáveis
Objetivo 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	Objetivo 14 - Vida na Água
Objetivo 15 - Vida Terrestre	Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
Objetivo 17 - Parcerias e Meios de Implementação	

Fonte: ONU (2020)

Considerando as singularidades do município de Santa Branca, o presente Plano de Governo busca integrar essas metas e objetivos na elaboração, execução e controle das políticas públicas municipais para o período de 2021 a 2024.

Figura 1 17 Objetivos estabelecidos pela Agenda 2030



Fonte: Organização da Nações Unidas (2015)

Para muitos, trabalhar a Agenda 2030 pode parecer utopia, mas se o medo do desconhecido sobrepujasse o espírito empreendedor, inovador e desbravador dos nossos antepassados o Novo Mundo ainda estaria somente no imaginário de poucos. Desta forma é preciso saber trilhar novos rumos, construir novos caminhos e vislumbrar um novo horizonte.

3 INDICADORES E EIXOS TEMÁTICOS

Na gestão pública, os indicadores cumprem um papel fundamental em diversas etapas. Eles ajudam os tomadores de decisão a avaliar adequadamente a realidade, a interpretar os desejos e necessidades da população e a implementar ações que atendam às prioridades estabelecidas. Para construção do presente Plano de Governo foram empregados os indicadores inspirados nos Compromissos de Aalborg, um pacto político assinado em 2004 por autoridades de mais de 700 cidades para fortalecer as agendas de desenvolvimento sustentável em nível local.

Os indicadores estão integrados a 12 eixos temáticos estabelecidos no Programa Cidades Sustentáveis (PCS) agregando um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública e consideram alguns pressupostos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades nas cidades: a participação efetiva da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes.

Segundo o Instituto Ethos, parceiro do Programa Cidades Sustentáveis, depois que a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015, os eixos do PCS foram correlacionados com os 17 ODS e 169 metas estabelecidas pela ONU. Embora de natureza global e aplicáveis em qualquer parte do planeta, os ODS dialogam diretamente com políticas e ações locais. Essa característica permitiu a associação entre os objetivos e metas previstos na Agenda 2030 com os eixos e indicadores do PCS.

A construção de referências para os indicadores de desempenho tem como objetivo permitir que um determinado município situe a sua condição em relação ao conjunto dos municípios do Brasil (WISSENBAACH, 2019). Esses indicadores foram construídos com o emprego de métodos estatísticos referenciados na obra do autor, sem qualquer alteração, sendo classificados de acordo com as premissas e identificação de qual tipo de referência o gestor público local pode ter de acordo com a natureza de cada indicador.

A partir dessa premissa, os indicadores foram inicialmente separados em dois tipos: (i) os indicadores qualitativos, que apontam para o conjunto de atributos da gestão municipal e pedem respostas do tipo “sim ou não” ou do tipo “lista aberta / lista fechada”; e (ii) os indicadores quantitativos, aqueles que se referem a uma medida numérica, destinada a representar um dado fenômeno(WISSENBAACH,2019).

Assim, os 260 indicadores do programa foram classificados em quatro categorias, conforme descrito: indicadores de contexto; realidade dos Indicadores desafiadores; indicadores de atributos de governança democrática e indicadores de desempenho e bem-estar econômico, social e ambiental.

A construção de referências para os indicadores de desempenho tem como objetivo permitir que um determinado município situe a sua condição em relação ao conjunto dos municípios do Brasil. Nesse grupo é possível encontrar indicadores que podem ser coletados a partir de procedimentos de coleta já realizados pelos governos. Os indicadores desafiadores são aqui identificados como aqueles que são difíceis de serem produzidos e que representam novas demandas de produção de informações de qualidade. Apontam, portanto, para a necessidade dos governos municipais em produzir dados mais específicos a fim de monitorar e avaliar suas políticas públicas, bem como o seu esforço em produzir melhores resultados (WISSENBAACH,2019).

Por isso, o modelo para as referências tem como premissa básica a identificação de caminhos a partir dos quais os gestores municipais podem iniciar a construção de suas variáveis (envolvendo coleta, processamento e análise crítica).O emprego de indicadores orçamentários, requer uma reorganização das rotinas e sistemas de registros que podem permitir o atendimento da demanda por novos olhares para o gasto público refletindo a busca por outros modelos de desenvolvimento.

A produção dessa informação, em geral, pode ser feita a partir de pequenos ajustes nos sistemas de execução orçamentária, assim o período de formulação do PPA ou do Programa de Metas são boas oportunidades para construir esses vínculos. Uma base fundamental para a produção de indicadores no nível municipal passa pelo conhecimento preciso sobre seu território portanto o levantamento de informação geográfica como cadastros, cartografias e mapeamento é imprescindível, ferramentas de geometria como Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e

Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE), Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) entre outras. É possível ainda empregar dados censitários e pesquisa amostrais.

Alguns indicadores relevantes para serem produzidos pelas cidades demandam a realização de análises, projeções e estimativas. Assim os indicadores relacionados aos atributos de governança democrática e sustentável estão relacionados a um conjunto de características desejáveis que os municípios devem possuir em sua estrutura institucional, atribuindo transparência, planejamento e participação social, implementando o fortalecimento da integridade e combate à corrupção bem como no desenvolvimento de Políticas Públicas Específicas.

Os 260 indicadores estão então distribuídos em 12 eixos principais, sendo eles: 1) cultura para sustentabilidade; 2) do local para o global; 3) dinâmica criativa e sustentável; educação para sustentabilidade; equidade, 4) justiça social e cultura de paz; 5) gestão local para sustentabilidade; 6) governança; 7) melhor mobilidade menos tráfego; 8) planejamento e desenho urbano; 9) ação local para saúde; 10) bens naturais comuns; 11) consumo responsável e opção de estilo de vida; 12) economia local.

Adequando os eixos acima ao município de Santa Branca, os eixos serão inicialmente trabalhados de forma integrada em função das estruturas administrativas atuais, que necessitam de implementação de novas tecnologias e equipes especializadas. Sendo então: 1) governança e gestão local para sustentabilidade; 2) ação local para saúde/ consumo responsável e opção de estilo de vida; 3) economia local, dinâmica, criativa e sustentável/ do local para o global; 4) cultura para sustentabilidade; 5) justiça social e cultura de paz; 6) melhor mobilidade, menos tráfego e bens naturais comuns.

A estrutura do planejamento público ganha mobilidade para implantação de novas tecnologias e saberes com a nova estrutura acima apresentada. Mesmo que as pastas orçamentárias ainda estejam organizadas em secretarias rígidas com setores, distintas dos que seguem as pastas ministeriais, é facilmente possível integrar programas existentes as novas ações que podem ser implantadas dentro dos programas e ações das peças orçamentárias municipais. Mantendo-se inicialmente a forma administrativa com secretarias ou diretorias como: saúde, educação, promoção social, meio ambiente, entre outras.

4 PLANO DE METAS

O Plano de Metas é um instrumento de planejamento e gestão que auxilia as prefeituras a definir as prioridades e ações estratégicas do governo ao longo dos quatro anos de mandato. Apresentando os principais compromissos da administração municipal com a oferta e melhoria de equipamentos e serviços oferecidos à população, considerando como critérios básicos a promoção do desenvolvimento sustentável, a inclusão social, o respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero e o respeito ao meio ambiente (REDORAT,2019).

O Plano de Metas também promove a participação, a transparência e a ampla corresponsabilização social em relação às políticas públicas definidas. Sua elaboração pelo Poder Executivo municipal significa, antes de tudo, investir no aperfeiçoamento da administração pública, na modernização democrática e na busca pela eficiência e qualidade dos serviços prestados à população.

Para a sua elaboração, é importante considerar o cruzamento de informações e a análise conjunta das ferramentas de planejamento, como o Plano Diretor e o Plano Plurianual (PPA), das leis municipais (de uso e ocupação, leis orçamentárias, etc.) e dos planos setoriais existentes (Plano de Mobilidade Urbana, Plano de Habitação, Plano de Saúde, Plano de Mudanças Climáticas e Plano de Educação, entre outros). Os compromissos previstos precisam contemplar todas as áreas de atuação da administração municipal (saúde, educação, assistência social, obras etc.) (REDORAT,2019).

4.1 Governança / gestão local para sustentabilidade

O objetivo dessa articulação é modificar, gradualmente, a concepção de Poder Público para Serviço Público, a fim de que se estabeleça, cada vez mais, uma parceria entre governo e sociedade. Para tanto o presente plano de Governo propõe as seguintes ações, que deverão ser implantadas e implementadas durante o período de 2021 a 2024.

Quadro 2- Plano de metas para período de 2021-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Mulheres empregadas no governo do município	Criar indicador local	Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Consolidar a diminuição da desigualdade de gênero e das minorias
Negros empregados no governo do município	Criar indicador local	Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Consolidar a diminuição da desigualdade de gênero e das minorias
Pessoas com deficiência empregadas no governo do município	Criar indicador local	Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Consolidar a diminuição da desigualdade de gênero e das minorias
Conselhos Municipais	Criar indicador local	100%	Fortalecer os conselhos criados
Orçamento executado decidido de forma participativa	Criar indicador local	100%	Realizar as peças orçamentarias conforme deliberação dos conselhos; Criar nos órgãos públicos de ouvidorias
Espaços de participação deliberativos	Criar indicador local	100%	Criar local próprio com orçamento próprio para cada conselho
Audiências públicas na cidade	Criar indicador local	100%	Fomentar o uso de tecnologias para mecanismos de transparência em todas instancias
Compras Públicas Sustentáveis e Proporção do orçamento para as diferentes	Criar indicador local	100%	Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis; Melhorar a qualidade da água,

áreas da administração			poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente; Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos; Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis; Melhorar substantivamente a qualidade do ar, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU).

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

O eixo temático referente a Gestão Local para a Sustentabilidade visa que os municípios tenham instrumentos para buscar o crescimento econômico, em harmonia com a preservação ambiental, de forma que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional e renovável, ao mesmo tempo em que promova as necessárias melhorias sociais (GPS, 2013). Em nível local, isso implica organizar uma gestão sustentável do território – a qual passa organizar um conjunto de políticas, de critérios de seleção de projetos, de sistemas de informação e de priorização de financiamentos.

Assim, a sustentabilidade promove traçar políticas de desenvolvimento em todos as áreas da gestão pública. Assim quando se fala em gestão local, refere-se em geral ao município, unidade básica de gestão no país. Mas o conceito também pode se referir a um grupo de municípios que tenham problemas em comum (como os que pertencem a uma mesma bacia hidrográfica, no caso de Santa Branca, os municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul).

Para que a gestão local para a sustentabilidade seja eficiente, não é necessário um guia de regras, mas sim, à flexibilidade de processos de gestão que correspondam de maneira ajustada aos desafios, problemas e especificidades do município de Santa Branca.

A qualificação dos gestores, dos compromissos da equipe política e, especialmente, da transparência da gestão e da participação da população na

tomada de decisões são aspectos essenciais para a gestão de políticas públicas sustentáveis. Em relação a esse eixo temático sobre gestão sustentável é possível apresentar dois indicadores para análise, sendo eles: compras públicas sustentáveis e proporção do orçamento para as diferentes áreas da administração. Para o município de Santa Branca, a obtenção de dados adquirida foca em ações internas da gestão pública relacionadas com o orçamento destinado a capacitar os diferentes setores da prefeitura na busca de soluções sustentáveis para os desafios que o município enfrenta. Este orçamento deve ser explícito e acessível no portal da transparência das prefeituras municipais.

4.2 Ação local para saúde/ consumo responsável e opção de estilo de vida

Os eixos referentes à saúde foram agregados ao estilo de vida, buscando uma revisão de conceitos, atitudes e valores sociais, econômicos e culturais que refletem diretamente no bem-estar e saúde do indivíduo. Para tanto é necessária uma articulação institucional entre a sociedade civil, iniciativa privada e poder público, que leve em consideração os fatores que podem gerar risco à saúde.

Para que essas esferas sejam eficazes é importante a criação de parcerias entre o Estado, o cidadão, as comunidades e o setor privado, de forma a promover políticas públicas, ações comunitárias e a qualificação e atualização dos profissionais no sistema de saúde.

Quadro 3- Plano de metas para período de 2020-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos	Criar indicador local	100%	Disseminar informações no sentido de melhorar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os fatores essenciais para uma vida saudável, muitos dos quais se situam fora do setor restrito da saúde
		100%	Promover o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável

			de Santa Branca, garantindo ações integradas para a promoção da saúde pública
		100%	Garantir a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos mais vulneráveis, o que requer a elaboração regular de indicadores sobre o progresso na redução das disparidades
		100%	Promover estudos de avaliação da saúde pública, a gestão participativa e o controle social sobre o sistema de saúde
		100%	Promover a prática de atividades físicas - individuais e coletivas - que busquem enfatizar os valores de uma vida saudável
			Determinar e integrar condicionantes de saúde nas estratégias de planejamento e desenho urbano

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

A política de saúde deve abranger também a infraestrutura física, métodos e equipamentos inovadores, para que se possa resultar em agilidade e qualidade do atendimento, e o acesso de todos ao serviço, visando reduzir carências do município neste setor.

4.3 Economia local, dinâmica, criativa e sustentável/ do local para o global

O conceito de economia criativa e sustentável refere-se ao incremento da prática econômica pela atuação de talentos criativos, ao se organizarem individual ou coletivamente, visando a produção de bens e serviços inovadores para o município. Esse eixo envolve aspectos em gerais sobre a economia, trabalho, geração de emprego, produção sustentável, eficiência energética e outros.

Este eixo temático parte da premissa que ações locais provocam impactos globais, sejam positivas ou negativas. Para tanto, surge a necessidade de pensar globalmente e agir localmente. “Isso não significa que as mudanças globais sejam apenas a soma de ações locais, mas sim que a ação local estimula o engajamento da sociedade no processo de transformação mundial” (GPS, 2013).

Com base em estudos, o Plano de Governo apresenta uma solução para os problemas de Santa Branca que começam na esfera local, pois é onde as pessoas podem se organizar para constituírem seu próprio entorno. A população conhece as especificidades de onde vive, e pode realizar o diagnóstico de determinada situação que necessite de uma intervenção, apontando medidas que podem ser adotadas pela administração pública. Desse modo, a população santa-branquense é parte essencial para na promoção das soluções locais.

Para que a economia santa-branquense seja dinâmica, não se deve considerar apenas a produção de bens materiais, mas também, a diversidade, cultura, criatividade e arte, uma vez que esses itens também constituem riqueza municipal. Assim o presente Plano de Governo propõe que um dos objetivos,apontados nesse eixo temático,seja desenvolver respostas locais para problemas globais em parcerias com outros governos locais, regionais, comunidades e demais atores relevantes.No entanto, ao considerar o fluxo do local para o global, é necessário considerar o intercâmbio de idéias e experiências, a flexibilidade, o coletivismo, o fomento de parcerias e as diferentes visões sobre o assunto.

Quadro 4- Plano de metas para período de 2020-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Eficiência energética da economia	Criar indicador local	Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar a responsabilidade social empresária; Desenvolver e implementar princípios e indicadores de sustentabilidade para as empresas, desde a localização mais

			apropriada para cada uma, passando por seus processos e produtos, até a sustentabilidade das cadeias produtivas que integram; Promover o mercado de produções criativas locais; Implementar o turismo local sustentável
Trabalho infantil: notificações de trabalho infantil	Criar indicador local	100%	Erradicar o trabalho infantil
Desemprego	Criar indicador local	30% anual para população inativa	Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local, o trabalho decente, a contratação de aprendizes e a formação de empresas
Desemprego de jovens	Criar indicador local	30% anual para população jovem inativa	Implantar programas socioeconômico educativo para Jovem Aprendiz
Deterioração do meio ambiente	Criar indicador local	Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhar para atingir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito estufa;
		Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Integrar a política de proteção climática nas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas
		Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Disseminar informações sobre as causas e os impactos prováveis das alterações climáticas, e promover medidas socioambientais de prevenção;

			Reduzir o impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental; Reforçar a cooperação regional, nacional e internacional de cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais e regionais, comunidades e demais atores relevantes.
--	--	--	---

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

Em geral, os indicadores deste eixo focam os principais problemas causados pela deterioração do meio ambiente, pela poluição do ar, variações meteorológicas e pelos desastres ambientais. Que podem ser incluídos nas peças orçamentarias como fonte de recursos, desenvolvimento de conceitos sustentáveis produtivos, geração de empregos e bens de consumo sustentável para o município de Santa Branca.

4.4 Cultura para sustentabilidade

A cultura para a sustentabilidade é um fator necessário à integração entre os diversos setores da administração municipal, pois leva à valorização da identidade local, da gestão participativa e contribui para fomentar a produção local” (GPS, 2013). A sustentabilidade cultural possibilita a ampliação do espaço público ao oferecer novos instrumentos de socialização e apoio à formação do cidadão.

Refere-se a promover e manter a cultura específica de cada município, visando promoção de uma prática cultural que respeite a diversidade, o patrimônio natural, a preservação das heranças naturais, artísticas e abra espaço à participação dos cidadãos.

Seguindo o PG, a gestão pública deve considerar as dinâmicas culturais de Santa Branca, uma vez que, as mesmas reforçam o senso de identidade local. Além do município programar políticas públicas que valorizem essa diversidade cultural, outro elemento importante para a cultura da sustentabilidade é o incentivo a campanhas de educação para a cidadania, objetivando estabelecer uma

corresponsabilidade na preservação do local onde vivem. Assim o PG oferece os seguintes eixos e metas:

Quadro 5 - Plano de metas para período de 2020-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Centros Culturais, casas e espaços de cultura, fomento a cultura local	Criar indicador local	100%	Trabalhar para a formulação de parâmetros culturais (referências conceituais e metodológicas para as políticas públicas de cada ação ou equipamento). Gestão e administração; Construir amplo diálogo social para desenvolver conceitos e práticas que religuem o ser humano à natureza, buscando incrementar a cultura do humanismo com os preceitos da sustentabilidade
		100%	Promover a gestão participativa, envolvendo comunidade, profissionais da área cultural e gestores públicos
		30% anual para reformas e implantação	Garantir o amplo acesso aos espaços culturais existentes, promovendo múltiplos usos junto à população local, assim como disseminá-los para regiões que ainda não os possuem
	Criar indicador local		Fomentar a criação e a produção cultural nas comunidades, observando sempre o valor das tradições culturais populares
			Estabelecer acesso gratuito ou a preços simbólicos nos equipamentos e espaços culturais públicos;

			Promover e desenvolver políticas públicas de cultura sustentáveis que integrem as demais áreas da administração municipal
--	--	--	---

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

Desta forma o PG buscará desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.

4.5 Equidade, Justiça Social e Cultura da Paz

Este eixo refere-se ao acesso da população aos serviços públicos básicos, tais como: cultura, segurança, moradia, educação, saúde e outros. Os acessos a esses serviços geram uma cultura de paz, pois representa um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e modos de vida que contribuem para resolver os problemas.

Quadro 6- Plano de metas para período de 2020-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Promover comunidades inclusivas e solidárias	Criar indicador local	100%	Desenvolver e implementar programas para prevenir e superar a condição de pobreza
		100%	Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à internet

		100%	Promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual
		100%	Aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz
		100%	Garantir o direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

As políticas públicas que visam assim à diminuição das diferenças sociais são fundamentais para o desenvolvimento do município de Santa Branca e para o bem-estar de seus habitantes possibilitando à sustentabilidade social.

4.6 Melhor mobilidade, menos tráfego / bens naturais comuns

Este eixo temático referente a melhoria da mobilidade e menos tráfego como o próprio nome já traz consigo, visa melhorar a mobilidade e o crescimento acelerado da frota de veículos, uma vez, que a utilização de automóveis particulares se tornou um hábito generalizado. “Isso não só pela autonomia que dá a seus condutores, mas, principalmente, pela pouca oferta de transporte público de qualidade, que trafegue com rapidez e seja confortável” (GPS, 2013).

No entanto, é necessário que as cidades desenvolvam técnicas e realizem investimentos para minimizar o desafio do transporte urbano, tais como: repensar o desenho urbano, planejando o sistema viário como suporte da política de mobilidade; repensar a circulação de veículos, priorizando para o futuro os meios não motorizados e de transporte coletivo; reconhecer a importância do deslocamento dos pedestres; pistas e faixas para ciclistas; utilização de tecnologias adequadas para a melhoria das condições de segurança e prevenção de mortes no

trânsito; criação de ciclovias e faixas para pedestres em locais de práticas esportivas como caminhadas ao ar livre.

Quadro 7- Plano de metas para período de 2020-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns	Criar indicador local	Seguir meta nacional até criação dos indicadores locais	Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis
			Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente
			Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos
			Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis
			Melhorar substantivamente a qualidade do ar, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU)
Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade	Criar indicador local	20%	Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transportes coletivos acessíveis a todos, a preços módicos
		100%	Aumentar a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta

		100%	Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas
		1%	Acelerar a transição para veículos menos poluentes
		100%	Desenvolver um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável
		100%	Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

4.7 Educação para a Sustentabilidade

O Eixo temático Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de vida refere-se ao desenvolvimento da consciência crítica da sociedade, ou seja, deve incorporar os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem. O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) enfatiza que a educação deve ajudar a construir pontes entre as necessidades da sociedade, a geração de riquezas e as práticas sustentáveis. A educação de qualidade leva à formação de cidadãos esclarecidos sobre problemas sociais e ambientais.

Paralelamente a isso, é necessário monitorar indicadores de bem-estar e qualidade de vida no município, tornando mais efetiva a gestão local.

Quadro 8- Plano de metas para período de 2020-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Integrar na		100%	

educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável; Erradicar o analfabetismo	Criar indicador local		Prover a todos, crianças adolescentes, jovens, adultos e idosos, oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional
		100%	Garantir a implementação do tema da sustentabilidade de forma transversal nos Currículos e propostas pedagógicas
		100%	Incentivar o papel dos meios de comunicação de massa na conscientização sobre os desafios socioambientais e sobre as mudanças culturais necessárias à sustentabilidade
		100%	Reconhecer a importância da educação ética, baseada em valores, para uma condição de vida sustentável
		100%	Garantir a universalização e a qualidade do ensino em todos os níveis, assegurando a participação da comunidade na gestão escolar
		100%	Prover a todos o ensino do esporte educacional, como maneira de se promover a autoestima, o desenvolvimento pessoal, o trabalho em equipe, o respeito à diversidade e a promoção da saúde

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

Desta forma objetivo geral desse eixo é integrar na educação, valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável. De maneira em geral, a

sustentabilidade dos municípios necessita de cidadãos esclarecidos, informados e críticos. Visando também a implantação do ensino integral ao longo do mandato.

4.8 Planejamento e Desenho Urbano

Este eixo temático visa reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício da população. Quando se planeja, o resultado gera qualidade de vida, e a gestão municipal de Santa Branca pode traçar políticas públicas, detectando pontos fracos do município.

O planejamento urbano engloba concepções, planos e programas de gestão de políticas públicas, por meio de ações que permitam harmonia entre intervenções no espaço urbano e o atendimento às necessidades da população.

O planejamento identifica as vocações locais e regionais do território, estabelece as regras de ocupação do solo e as políticas de desenvolvimento para o município de Santa Branca.

Já o desenho urbano é uma atividade que visa trabalhar a aparência, a disposição das construções e as funcionalidades municipais. Dessa forma, funciona como um instrumento para reduzir os impactos negativos que a urbanização desequilibrada provoca no meio ambiente e possui papel estratégico nos projetos de integração regional.

O presente eixo engloba concepções, planos e programas de gestão de políticas públicas, por meio de ações que permitam maior harmonia entre intervenções no espaço urbano e o atendimento às necessidades específicas da população. Portanto, deverão ser analisados os seguintes indicadores: casas ou bolsões não regularizados; reservas e áreas protegidas; edifícios novos e reformados que têm certificação de sustentabilidade ambiental e calçadas consideradas adequadas às exigências legais.

Quadro 9 - Plano de metas para período de 2020-2024 Santa Branca

Indicadores ODS	Indicadores Municipais	Meta municipal	Objetivos específicos
Reconhecer o papel estratégico do	Criar indicador	100%	Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente

planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos	local		degradadas
		100%	Evitar a expansão urbana no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, com a recuperação dos ambientes urbanos degradados, assegurando densidades urbanas apropriadas
		100%	Assegurar a compatibilidade de usos do solo nas áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, transportes, habitação e equipamentos socioculturais e esportivos, dando prioridade ao adensamento residencial nos centros das cidades
		100%	Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano;
		100%	Adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis, respeitando e considerando os recursos e fenômenos naturais no planejamento

Fonte: Redorat (2019) adaptado pelo autor

O Plano Diretor é o instrumento básico do sistema de planejamento municipal e deve abranger o território do município como um todo, incluindo as zonas urbanas e rurais, sendo obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes.

Para Soares (2008), os municípios de pequeno porte demográfico apresentam grandes desafios em especial culturais em se implantar planos diretores mesmo que se observem significativas perdas na ausência de sua elaboração.

Também é característica marcante das cidades de pequeno porte a dependência da população com os gestores municipais. “Diferente do que teoricamente ocorre nas grandes cidades, as instituições, nas pequenas cidades,

atendem às necessidades particulares de cada indivíduo que, na verdade é visto como uma pessoa conhecida, identificada e localizada” (MELO, 2008). Desse modo, é considerável a dependência das famílias e das pessoas com o poder público municipal.

Portanto o presente plano de governo busca integrar e respeitar as características locais, oferecendo avanços e a construção integrada de novos valores, conceitos e tecnologias. O que requer a participação de todos agentes, trabalho continuo e adequado contando com equipe profissional qualificada, investimento em infraestrutura, acolhimento de demandas coletivas e uso correto e responsável dos bens públicos.

Todos esses aspectos estão, portanto, integrados no Plano de Governo do Diretório Municipal de Santa Branca que buscará o cumprimento de todas metas, criando um horizonte de novas possibilidades as futuras gerações bem como garantindo a qualidade de vida aos que muito já contribuíram com esta Terra.

Referências

CARTA DE AALBORG. **Carta de Sustentabilidade das Cidades Europeias. Aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis.** Aalborg, Dinamarca, maio de 1994.

GPS – GUIA GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL. **Programa Cidades Sustentáveis.** São Paulo, 2013. Disponível em<<https://www.cidadessustentaveis.org.br/inicial/home>>acesso em 09 de set.2020.

GTSC – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para o Desenvolvimento Sustentável. **O que é a Agenda 2030.** Disponível em<<https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>>acesso em 09 de set.2020.

LOPES, Anaísa Filmiano Andrade.**O programa cidade sustentável, seus indicadores e metas: instrumentos metodológicos para a avaliação da sustentabilidade no município de Prata/MG.** 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia,2016.

MELO, N. A. de. **Pequenas Cidades da Microrregião Geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas.** 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>> acesso em 09 de set.2020.

Programa Cidades Sustentáveis.**12 eixos e 260 indicadores** Disponível em<<https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixos-dopcs>>acesso em 09 de set.2020.

REDORAT, Aline et al. **Guia para Elaboração do Plano de Metas.** Programa Cidades Sustentáveis, São Paulo,2019.

WISSENBAACH, Tomás et al. **Guia de referências para produção de indicadores e para metas de sustentabilidade urbana.** Programa Cidades Sustentáveis, São Paulo, 2019.